



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:

(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Modifica o art. 895 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, CLT.

DESPACHO:

24/05/2000 - (ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, EM 05-07-00

## REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CTASP	06/07/00
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

## PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
CTASP	14/11/00	22/11/00
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Nilton Capixaba	Presidente:	
Comissão de:	Trabalho de Adm. e Serviço Público	Em:	14/11/00
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Ricardo Rique	Presidente:	
Comissão de:	Trabalho de Adm. e Serviço Público	Em:	10/10/01
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /





CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

1

CASA

CD

LOCAL

ETASP

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA

TIPO

NÚMERO

ANO

PL 3091 2000

DATA DA AÇÃO

DIA

MÊS

ANO

10 01 2001

RESPONSÁVEL PREENCHIMENTO

Sue

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- Parecer favorável do relator, Dep.  
Nilton Capixaba

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

2.

CASA

CD

LOCAL

ETASP

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA

TIPO

NÚMERO

ANO

PL 3091 2000

DATA DA AÇÃO

DIA

MÊS

ANO

12 12 2001

RESPONSÁVEL PREENCHIMENTO

J2556

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- Parecer contrário do Relator, Deputado  
Ribeiro Aguiar.

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

3

CASA

CD

LOCAL

ETASP

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA

TIPO

NÚMERO

ANO

PL 3091 2000

DATA DA AÇÃO

DIA

MÊS

ANO

25 06 2002

RESPONSÁVEL PREENCHIMENTO

J2556

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Encaminhado ao CEP.

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA

CD

LOCAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA

TIPO

NÚMERO

ANO

DATA DA AÇÃO

DIA

MÊS

ANO

RESPONSÁVEL PREENCHIMENTO

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PROJETO DE LEI Nº 3.091, DE 2000  
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Modifica o art. 895 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, CLT.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, E DE  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1.º O art. 895 do decreto- lei nº 5.452 de 1º de maio  
de 1943, passam a vigorar acrescido com dos seguintes parágrafos:

“Art. 895.....

.....

§ 1.º O valor da condenação pecuniária  
estipulada em sentença poderá ser reduzido em 10% (dez por





cento) se o reclamado, até o quarto dia do prazo previsto na alínea deste artigo, para interposição de recursos, manifestar a disposição de não recorrer e, se o reclamante, intimado para esse fim, com o prazo de 4(quatro) declara o seu acordo com a redução.

§ 2.º Inocorrendo concordância do reclamante, o prazo para recurso será devolvido ao reclamado, em sua integridade, não podendo a manifestação prevista no § 1.º ser considerada para qualquer fim, como concordância com a sentença.”

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposição em contrário.

### **Justificativa**

A lentidão dos processos na justiça do Trabalho é um fato perturbador da ordem social, pois muitas vezes o reclamante, autor da ação, apesar de ganhar o processo em primeira estância, demora anos para receber aquilo que lhe é devido.



Isso causa perplexidade quanto a um procedimento que foi concebido para ser rápido e simples, além de causar o descrédito nessa justiça especializada.

A presente proposição visa estimular os acordos após a sentença proferida pela junta de Conciliação e Julgamento.

Assim, o reclamante que já foi condenado no pagamento de determinadas verbas trabalhistas podem manifestar sua intenção de não recorrer, desde que haja uma redução de 10 (dez por cento) do valor de condenação.

Não a obrigação em propor tal redução mas cria-se a hipótese legal que deverá estimular o reclamante a não impor recursos contra a decisão já proferida. Não desejando utilizar o dispositivo, o reclamado pode recorrer ordinariamente da decisão.

Deve ser destacado que vários são os recursos à disposição do reclamado, desde que observado os requisitos legais, como o Recurso Ordinário, Recurso de Revista e Recurso Extraordinário, entre outros. Isso que significa que, se utilizado todos os recursos na fase de conhecimento, o processo pode demorar vários anos.

O reclamante, por outro lado, não está obrigado a aceitar a redução se não considerá-la justa e achar que o tempo





dispendido no processo, ainda que com todos os recursos, vale a pena.

Não ocorrendo a aceitação expressa do reclamante, será desenvolvido o prazo para recurso para o reclamado. Tal prazo, por ser de oito dias, já terá se expirado quando terminado o prazo que o reclamante se manifestar. Assim é justo que o reclamado tenha prazo para preparar o seu recurso ordinário.

Esperamos, com o nosso projeto, torna mais célebre o processo trabalhista, contribuindo para a realização da justiça social, uma vez que nada mais injusto do que a demora no cumprimento de uma decisão.

Diante do exposto, conto com o apoio de meus Pares, a fim de aprovar este Projeto.

Sala das sessões, 23 de maio de 2000.

  
**Deputado José Carlos Coutinho**

**PFL-RJ**

Lote: 80  
Caixa: 131  
PL N° 3091/2000  
6

23 05 2000 1848  
3041



## DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

APROVA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS  
DO TRABALHO.

### CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

---

#### TÍTULO X DO PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO

---

#### CAPÍTULO VI DOS RECURSOS

---

Art. 895. Cabe recurso ordinário para a instância superior:

a) das decisões definitivas das Juntas e Juízos no prazo de 8 (oito) dias;

b) das decisões definitivas dos Tribunais Regionais, em processo de sua competência originária, prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

Art. 896. Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando:

*\*Artigo, "caput", com redação dada pela Lei nº 9.756, de 17/12/1998.*

a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte;

*\* Alínea "a" com redação dada pela Lei nº 9.756, de 17/12/1998.*

---

---





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

### PROJETO DE LEI Nº 3.091/00

Nos termos do art. 119, **caput**, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 14/11/2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 23 de novembro de 2000.

*Anamélia R.C. de Araújo*  
Anamélia Ribeiro Correia de Araújo  
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### PROJETO DE LEI Nº 3.091, DE 2000.

“Modifica o art. 895 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, CLT”.

**Autor:** Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO

**Relator:** Deputado RICARDO RIQUE

### I - RELATÓRIO

Pelo presente projeto, de autoria do nobre Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO, o valor da condenação pecuniária estipulada em sentença trabalhista poderá ser reduzido em dez por cento se o reclamado, até o quarto dia do prazo previsto para interposição de recursos, manifestar a disposição de não recorrer e, se o reclamante, intimado para esse fim, com o prazo de quatro dias, declarar o seu acordo com a redução.

No caso de discordância do reclamante, o prazo para recurso será devolvido ao reclamado, em sua integralidade, não podendo a manifestação de não recorrer ser considerada, em hipótese alguma, como concordância com os termos da sentença.

Justificando a proposição, o Autor argumenta que a medida sugerida, se adotada, estimulará os acordos após a prolação da sentença, contribuindo para a celeridade do processo trabalhista.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.





## II - VOTO DO RELATOR

Em que pese a boa intenção do Autor, não acreditamos que o presente projeto traga algum aperfeiçoamento à legislação que rege a matéria.

Como se sabe, o processo trabalhista é todo ele orientado para o acordo entre as partes. A legislação em vigor prevê, inclusive, que o juiz, sob pena de nulidade processual, deve, logo ao iniciar a audiência de conciliação e julgamento, estimular as partes ao acordo, providência esta que deve ser reiterada ao início de cada fase processual subsequente. Aliás, na Justiça do Trabalho, o acordo entre as partes pode ser firmado a qualquer momento e em qualquer grau de jurisdição.

Somos, portanto, pela rejeição deste Projeto de Lei nº 3.091, de 2000.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2001.

  
Deputado RICARDO RIQUE  
Relator

11279700.048



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.091, DE 2000

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou unanimemente o Projeto de Lei nº 3.091/00, nos termos do parecer do relator, Deputado Ricardo Rique.

Estiveram presentes os senhores Deputados: Rodrigo Maia, Presidente; Jair Meneguelli e José Múcio Monteiro, Vice-presidentes; Antônio Carlos Konder Reis, Avenzoar Arruda, Fernando Gonçalves, João Tota, Jovair Arantes, Luciano Castro, Luiz Antonio Fleury, Medeiros, Paulo Paim, Pedro Celso, Pedro Henry, Professor Luizinho, Ricardo Barros, Ricardo Rique, Vanessa Grazziotin, Vivaldo Barbosa e Wilson Braga, titulares; Arnaldo Faria de Sá, Coriolano Sales, Edinho Bez, Laíre Rosado, Nair Xavier Lobo, Nárcio Rodrigues e Rubens Bueno, suplentes.

Sala da Comissão, em 19 de junho de 2002.

  
Deputado **RODRIGO MAIA**  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**\*PROJETO DE LEI Nº 3.091-A, DE 2000**  
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Modifica o art. 895 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, CLT; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição (relator: DEP. RICARDO RIQUE).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

*\* Projeto inicial publicado no DCD de 25/05/00*

**PARECER DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E  
SERVIÇO PÚBLICO****S U M Á R I O**

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI Nº 3.091-A, DE 2000**  
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Modifica o art. 895 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, CLT; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição (relator: DEP. RICARDO RIQUE).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

**S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 118/02 - CTASP  
Publique-se.  
Em 6.8.02.

  
AÉCIO NEVES  
Presidente



Documento : 11121 - 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Of. Pres. nº 118/02

Brasília, 19 de junho de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 3.091/00.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente,

  
Deputado **RODRIGO MAIA**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **AÉCIO NEVES**

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

N E S T A



Lote: 80  
Caixa: 131  
PL N° 3091/2000  
15

SGM-SECRETARIA		LDA MESA	
Protocolo: 62	Documentos		
Origem: CCP	2514/02		
Data: 06.08.02	Nota:		
Ass.: <i>[assinatura]</i>	Ponto: 3213		